

GEOGRAFIAS INVISÍVEIS: a cidade na consciência e a consciência da cidade. Produção e reprodução da injustiça social¹

Alexandre Eslabão Bandeira *

RESUMO

O presente trabalho é a tentativa de compreender alguns processos que geram tensões e conflitos dentro do modelo de desenhar a cidade e de viver nela. Para tanto, o que devemos perceber são os arranjos, as formas e os processos, os quais constituem nossas realizações concretas no espaço. O contraponto lançado, pelo caráter invisível, é a relação da existência da potência humana, nos projetos individuais e coletivos, na sua contradição lógica, que é a cidade com os seus paradoxos, a introduzir uma lógica disfuncional que autoorganiza a sociedade e fundamenta a ilusão de pertencimento.

Palavras-Chave: Cidade. Consciência. Potência Humana.

ABSTRACT

Invisible Geographies: The City In The Conscience And The Conscience Of The City. Production And Reproduction Of Social Injustice

This study is an attempt to understand some processes that generate tension and conflicts within the model of designing a city and living in it. Therefore, we must perceive the arrangements, forms and processes which constitute our concrete achievement in space. The counterpoint is invisible since it is the relation of the existence of human power, in individual and collective projects, in its logical contradiction which is the city with its paradoxes. It introduces dysfunctional logics that self-organizes society and provides a basis for the illusion of belonging.

Keywords: City. Conscience. Human power.

¹ Este artigo faz parte de um trabalho maior, desenvolvido a partir da dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG e da atualização do propositor. A dissertação defendida em junho/2010, sob a orientação do Prof. Dr. Dário de Araújo Lima, intitula-se: Reflexões teóricas sobre os processos sociais da contradição exclusão/inclusão.

* Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande - PPGeo - FURG, área de atuação Análise Urbana Regional. E-mail: aebandeira@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O artigo apresenta a proposta de estudo/pesquisa acerca de fundamentos que geram a cidade, com o objetivo de perquirir sobre *as contribuições, limites e contradições que envolvem a consciência vivida na mesma na sua produção e reprodução*. Assim, em decorrência da minha trajetória, da atualização do propositor e das transformações na/da cidade, é que se faz pertinente – e necessário – tal estudo e reflexão.

Nesse contexto, acredito que a existência através da consciência possa ser tabulada sobre uma tentativa de “quadrante da consciência”, o qual é focado em quatro eixos, referentes à consciência de classe, de ambiente, de indivíduo (configurado na psique geográfica do ser na filosofia e na psicologia social) e, por fim, de uma consciência para a vida, a qual remete a uma espécie de autogestão da potência humana, que envolve em seu conceito os três eixos anteriores. O mérito dos quatro eixos é trabalhar com as diferenças numa relação de eterno retorno, sem recair na condição dual das contradições, que sempre exclui uma relação em detrimento de outra, trabalhando, ao contrário, com a soma e rompendo com a condição atual de fatalismo ou conformismo que transforma o homem em objeto de sua criação.

Sendo assim, o presente trabalho busca problematizar a produção e a reprodução da cidade, através da consciência que temos dela e também da que deixamos de ter; no contexto em estudo, **Geografias Invisíveis** é a tentativa de compreensão dos processos que geram tensões e conflitos, proporcionando injustiça social dentro do modelo de desenhar a cidade e nela viver. Nessa linha proposta, nota-se que, diante do momento atual, devemos rever nossos objetivos históricos e nossas ações distintas e complexas, dentro dos processos contraditórios que envolvem nossa existência, pois pelas informações que temos, possuímos as soluções para os nossos problemas. Refletir acerca das ações do indivíduo na sociedade é preciso – e necessário – para um planejamento crítico dentro e fora do meio no qual ele está inserido. Desse modo, o que devemos perceber são os arranjos, as formas, os processos que constituem nossas realizações concretas no espaço; para tanto, muitas vezes, é necessário recair sobre os processos construtivos que geraram e formaram as cidades; no caso presente, a cidade do Rio Grande – RS – Brasil torna-se um exemplo prático de tal estudo, sendo o método progressivo-regressivo utilizado para a referida compreensão.

POSSÍVEIS CAMINHOS METODOLÓGICOS PARA A ABORDAGEM DA DIALÉTICA DA CONSCIÊNCIA DO SOCIAL AO INDIVIDUAL

As manifestações no espaço transcorrem de uma história de fatos que se manifestam sob diferentes formas e significados. Escolher o caminho de um método para abordá-las, segundo Milton Santos (1996), significa considerar diversas escalas de manifestação da realidade, havendo uma necessidade de periodização do espaço-tempo. Ainda segundo o mesmo autor, o "espaço geográfico se define como união indissolúvel de sistemas de objetos e sistemas de ações, e suas formas híbridas. As técnicas indicam como o território é usado" (p. 19), mas não apontam quais são as disfunções que ordenam o uso, sem explicar também os fundamentos conformadores das condições sociais no seu manuseio. No presente trabalho, a técnica é vista como libertadora do ser humano e não como opressora da sua condição. Portanto, projetar e transformar são condições do processo da existência através das ações do indivíduo e do coletivo.

A obra "**O conceito de tecnologia**" (apresentada por Álvaro Vieira Pinto no primeiro volume sobre esse tema), aborda um homem dentro de seu processo de hominização, sob dois aspectos fundamentais: a aquisição, pela nossa espécie, da capacidade de projetar, e a conformação de um ser social, condição necessária para que se possa produzir o que foi projetado. Juntando na prática esses dois conceitos, surge o conceito de **filosofia da Técnica**, a qual é a arte de fazer surgir sempre algo novo; no entanto, "quantitativamente esse novo pode alcançar dimensões tão assombrosas que efetivamente o revistam dos aspectos qualitativamente originais". Neste contexto, o mesmo coloca a importância da "técnica como libertadora" e a recusa como um mero perigo de nossa espécie, concluindo com isso que sempre é o homem o construtor de seu ambiente e de sua qualidade de vida (BANDEIRA, 2011).

Diante do exposto, define-se o caminho a ser percorrido pelo artigo, configurando uma tentativa de contribuir para as distintas esferas da consciência das realidades. Nesse âmbito, o ser social é visto como potência de construção e ocupação dos espaços através de sua manifestação existencial, conferindo tensões nas diferentes escalas da realidade (macro, micro, geral, específico) e nas produções de realidades

(consciência crítica, consciência ingênua). Assim, escalas e produções constituem ações humanas, idealizadas na construção dos espaços, mediante as tensões da realidade, sendo que os mecanismos camuflados nessa construção serão tratados como “Invisíveis”.

Logo, foi primordial analisar os movimentos inclusivos e exclusivos elencados diante da dialética social, enfatizando tanto o coletivo quanto o individual, já abordados na dissertação de mestrado intitulada *Reflexões teóricas sobre os processos sociais da contradição exclusão/inclusão* (BANDEIRA, 2010). As escalas de realidades foram postas e sobrepostas, passando a contemplar os sistemas de objetos e ações que ocasionaram e condicionaram os espaços nas suas ações de “uso” (SANTOS, (1994, 1999) e que ficam camufladas diante das “metáforas das verdades”; verdades que, em concordância com o filósofo Nietzsche (1983, p. 48), são ilusões, concepções de verdade e mentira. O reflexo de nossas ações nesse cenário, portanto, seja ele local, nacional, continental ou global é fruto de tais ilusões. Numa acepção antropocêntrica, em que o homem “acha-se” no centro do universo e tudo gira em seu entorno, a sua racionalidade o envolve e o torna tutor desse patrimônio que é a Terra e ainda lhe compromete na sua condição humana.

A abertura de movimentos e mobilizações de algo novo para a objetivação das realidades é passo importante, cuja meta é a potencialidade humana. O trabalho reflexivo sobre a sociedade não poderá recair em universalidades fechadas, gerando simplesmente ilusões antropocêntricas que não revelam a subcondição do homem, ao projetar ou desenhar a cidade, condicionando o seu entorno e a sua própria sujeição. Assim, a tarefa aludida caminhará com interlocutores teórico-metodológicos que manifestam, nas mais diferentes perspectivas, a conduta da realidade atual apresentada pela ação do homem no tempo.

No interior do sistema capitalista, há um paradoxo das desigualdades: o que é para uns não se aplica a outros. No Brasil, apesar da sua economia moderna, existem milhões de seres excluídos/incluídos vivendo sob a ilusão de pertencerem, em pé de igualdade, ao sistema (social e econômico), sob a lógica do individualismo; e é nesse âmbito que o mundo do consumo age, sendo o indivíduo aqui visto como mero consumidor.

Os que tomam a natureza nas mãos, manipulando-a, estando, portanto, em condições de pensá-la na concretude de seus objetos, fenômenos e propriedades estão subordinados a uma finalidade produtiva que os faz crer que não são autores e, conseqüentemente, não são

responsáveis pelos fins que alcançarão. Esse fim consiste em extrair da natureza os bens de consumo, os quais não serão utilizados para fins próprios, nem enquanto classe, mas serão cedidos a outros, que os arrebatarão e os consumirão prontos (HESS, 2005). Nesse sentido, as ciências humanas estão apenas no começo de sua jornada, tendo muito ainda a se pensar na área.

De acordo com o autor Hemi Hess, toma-se por base uma pesquisa progressiva, podendo, quando necessário, retomar o método progressivo-regressivo, com a finalidade de articular a descrição de estrutura e historicidade. Na estrutura proposta, deve-se focar em uma questão delicada, relativa ao fato de se separar de forma coerente pontos que fazem referência ao local e ao global, ao geral e ao específico. Ainda segundo Hemi Hess, aderir a um paradigma é mais profundo que inscrever-se em uma teoria. O paradigma da análise institucional traz consigo valores que parecem ultrapassar o puro processo de pesquisa, em um engajamento militante por uma sociedade mais consciente dela mesma, mais autônoma, por relações interpessoais mais explícitas. A pesquisa inscreve-se, assim, em uma relação de valores: ela não é, dessa forma, jamais “neutra” (HESS, 2005). Além do mais, a mesma busca elucidar e iluminar a manifestação da complexidade do social, onde a realidade não condiz com os fatos, precisando resgatar os processos, numa busca de desmistificar as tensões da realidade da sociedade, em processos de potência, para uma sociedade operante na construção das realidades.

Desse modo, a capacidade operante da sociedade requer novas atitudes, novas roupagens para a consciência da realidade; para tanto, é preciso não ser ingênuo na construção de uma realidade de determinada cidade ou país. Pois bem, numa análise da complexidade da sociedade atual, não se pode dissociar a cultura do processo de produção, pois ela é um bem de consumo que a sociedade produz e distribui aos seus membros através da “educação” para o seu desenvolvimento. Sendo assim, educação e cultura não podem ser vistos como objetos de quantificação, produto de troca ou de consumo; deverá recair para estes conceitos, uma quebra de estigmas, onde deverão ser vistos como ferramentas para desenvolvimento da consciência que produz e reproduz os espaços.

O problema da realidade social passa a ser considerado mero problema de “fantasia” quando a consciência política apresenta suas formas de ingenuidade. O prejuízo mais evidente que se tem desse efeito é que pode facilmente ser evidenciado dentro da instituição “educação” é

o de produzir uma noção errônea do processo da realidade. Partindo-se de tal premissa, a educação não deve jamais preceder os processos de desenvolvimento nacional, mas sim acompanhá-los contemporaneamente, pois ambos são condicionados mutuamente. Deve estar bem claro que cada etapa do citado desenvolvimento contém metas complexas a serem alcançadas, mediante devido preparo e consciência e, quando se tem a aludida consciência das tarefas em questão e a forma de mobilizar os fatores para alcançá-las, aí é que realmente se encontra o ato de educar, demandado pela presente fase do processo, a qual, em nível nacional, define a cultura. Para o filósofo Álvaro Vieira Pinto, é na multiplicidade de consciências, em suas diversas modalidades, que afirma existir a consciência ingênua e crítica. Sendo que a “consciência é sempre um conjunto de representações, ideias, conceitos, organizados em estruturas suficientemente caracterizadas para se distinguirem tipos e modalidades” (PINTO, 1960, p.20). Sob estas modalidades é preciso distinguir entre conteúdos da consciência e conteúdos da percepção, por ela própria do condicionamento desses conteúdos, os quais poderão apresentar graus variáveis de clareza na representação dos seus conteúdos. Na conjuntura atual da realidade, a cultura é tida como instrumento que permite a exploração coletiva do mundo e, como meio de produção, é uma força social a serviço da sobrevivência do indivíduo e da espécie; logo, o homem por si só é um bem de produção. A partir daí, passa-se a entender o modo pelo qual surgem as desigualdades sociais com a consequente separação de classes e alienações.

De acordo com Vieira Pinto,

A raiz da separação de classes, como consequência da posição do indivíduo no processo social da produção dos bens, está na natureza dual da cultura, que, em suas manifestações, materiais e objetivas, é simultaneamente bem de consumo e bem de produção (PINTO,1979, p.127)

Embora a cultura surja de baixo para cima, através da necessidade do conhecimento geral, começam a aparecer distinções valorativas, diferenciadas em setores especializados e distribuídas em graus variáveis aos técnicos e aos próprios operários, aos seres humanos, nas suas relações de trocas e de consumo. A partir desse processo, pode-se referir à cultura como a relação dos homens com a natureza, através de técnicas

desenvolvidas em sociedade, as quais a utilizam para sua sobrevivência e para atribuir sentido às coisas; dessa forma, torna-se diferenciada as relações de troca e de uso para cada segmento social da sociedade. Assim, os seres passam a pertencerem ou não a tal círculo de cultura (estar inserido é ser consumidor nesta postura de produção e reprodução da consciência na/da cidade). A cultura dita geral, pelo filósofo Álvaro Pinto, vista numa condição existencial, toma contornos de produção e de consumo dentro da postura de cada ser na construção das realidades. Dentro da linha de raciocínio proposta, insere-se a ideia da cultura do “ou”, mostrando faces antagônicas: é rico “ou” pobre; é latifundiário “ou” sem terra; tem casa “ou” é sem teto; precisa de cotas “ou” não precisa delas; é corrupto “ou” é honesto; todas, culturas da realidade atual.

Portanto, para obter uma radicalidade e uma especificidade dos fatos, foi preciso seguir o já citado caminho progressivo-regressivo, visto que a realidade deriva da lei do desenvolvimento desigual e combinado, conceito de origem marxista. Também sustentam a argumentação aqui exposta e o debate teórico, George Novack (1988), com sua obra traduzida para o português, *A lei do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade*, e José de Souza Martins, com a obra *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*.

Segundo José de Souza Martins (1996), o método dialético está no centro do retorno progressivo-regressivo, retomando o homem como protagonista da sua própria história, das suas ações. A questão do método, desde Marx até Lefebvre, é de suma importância, pois a relação entre prática e teoria, entre o pensar e o viver assume uma posição vital. Lefebvre indica que as relações sociais não são uniformes e nem têm a mesma idade; portanto, numa relação de descompasso e desencontro, elas coexistem (MARTINS, 1996).

Cada relação social tem sua idade e sua data, cada elemento da cultura material e espiritual também tem sua data. O que no primeiro momento parecia simultâneo e contemporâneo é descoberto agora como remanescente de época específica. De modo que no vivido se faz de fato combinação prática de coisas, relações e concepções que de fato não são contemporâneas. O desencontro das temporalidades dessas relações que faz de uma relação social em oposição à outra a indicação de que um possível está adiante do real e realizado [...] são estes desencontros que dão sentido à práxis (MARTINS, 1996, p. 22).

Novamente em conformidade com José de Souza Martins (1996), Lefebvre entende que a desigualdade dos ritmos do desenvolvimento histórico decorre do desencontro que faz do homem produtor de sua própria história e, ao mesmo tempo, o divorcia dela. A formação dos ritmos desiguais é de origem econômica e social porque abrange simultaneamente esses dois âmbitos da práxis: a natureza (o econômico) e a sociedade (o social). Sendo assim, o método progressivo-regressivo atende o olhar para uma realidade de desenvolvimento desigual. Na continuidade, o mesmo autor, ainda em referência a Lefebvre, interpreta que as forças produtivas e as relações sociais, juntamente com as superestruturas, vivem em ritmos diferentes.

A lei da formação econômico-social é a lei do desenvolvimento desigual: “ela significa que as forças produtivas, as relações sociais, as superestruturas (políticas, culturais) não avançam igualmente, simultaneamente, no mesmo ritmo histórico. Mesmo aí, a lei do desenvolvimento desigual foi interpretada na perspectiva economicista que reduziu a qualidade das contradições que integram e opõem diferentes sociedades à mera gradação de riqueza na dicotomia insuficiente de desenvolvimento e subdesenvolvimento. Na verdade, “a lei do desenvolvimento desigual tem uma multiplicidade de sentidos e aplicações” (MARTINS, 1996, p. 17-18).

Dessa forma, na perspectiva adotada, de desigualdade das forças produtivas e das relações sociais, passa-se a entender que as superestruturas (política e cultural) contribuem para uma “sociedade do espetáculo”, amorfa, sendo, assim, domesticada a partir de processos verticais que acabam por influenciar as estruturas coletivas e individuais. Logo, os processos históricos, por meio da lei do desenvolvimento desigual e combinado das sociedades, transformam em lei os desenvolvimentos sacramentados para cada época, visto que a cada uma, criam-se normas, as quais se perpetuam até serem superadas por outras; tudo em prol do bom funcionamento de uma economia para o mercado. Os processos e suas artimanhas ultrapassam barreiras e fronteiras e são visíveis e invisíveis, tais como o colonialismo, o escravismo, a globalização e, por fim, o cidadão (mero consumidor) dentro do processo de moderno colonial [(GONÇALVES, 2006); (QUIJANO, 2008)].

Assim, “**Geografias invisíveis**” fazem um contraponto às conceituações que são subjetivas e, portanto, não possuem neutralidade

nos processos e deverão ser reformuladas a cada periodicização, num caminho em que o conhecimento não poderá ser vazio, metafórico, e fragmentado como únicos e verdadeiros, mas tem que ser visto como aspectos visíveis e palpáveis ao todo (realidade concreta), seja ele individual ou coletivo. Além do mais, elas evidenciam que o momento atual das diferentes realidades não condiz com o viver de cada classe, de cada segmento dentro da cidade, mesmo que cada integrante possa achar que constrói o seu espaço pelo consumo. O contraponto lançado pelo caráter invisível é a relação da existência nos projetos individuais e coletivos, e a cidade faz parte de suas manifestações, acabando por resultar em conseqüências atuais entendidas como injustiças sociais. A cidade na consciência e a consciência da cidade é um processo de reflexão que visa reconstruir os acontecimentos no tempo sem mascarar as tensões sociais. A realidade diante desse caráter sensível, sem reflexão, configurado numa análise abstrata e com falsa visão absoluta das realidades, perde de vista o real condicionamento da sua situação, ficando anestesiada pela dinâmica de olhar somente para o momento atual. Dessa forma, o espaço que passa a alcançar é apenas o do seu horizonte próprio, tendo em vista somente interesses de instituições, corporações e do estado, o qual, no contexto em questão, é uma extensão dos próprios interesses particulares. Como toda a consciência é constituída de um ponto de vista, caberá saber qual percepção da existência possuímos.

Portanto, a cidade na consciência e a consciência da cidade passam pelo movimento de reconhecimento dos processos de construção no curso dos acontecimentos; no entanto, para que seja válido o conceito, ele deverá perpassar a representação do simples ato de constatar. O ato deverá tornar-se objeto motivador das consciências na relação de produção e reprodução das relações sociais, passando de uma simples representação para uma condição de projeto e origem de ação; do contrário, segundo Álvaro Vieira Pinto, não haverá clareza nem intenção objetiva e “a consciência é inoperante”.

A subjetividade é, pois, um caráter legítimo que devemos reconhecer, com a condição de não fazer dela a realidade em si. Temos de entendê-la como modo de ação, específico do existir humano, pelo qual este se constitui em foco de representações, que se opõe com caráter de polaridade à coisa representada, ligando-se a elas por estruturas

relacionais diversas, que, em conjunto, os filósofos da corrente fenomenológica chamam de “intencionalidade”. [...] a consciência se define pela subjetividade, e é, portanto, o que determina o sujeito enquanto tal. (PINTO, 1960, p. 43)

Nesse contexto, entende-se por justiça social a dita “justiça ambiental”, que é aprofundada no livro organizado por Henri Acselrad sob o título de *Justiça ambiental e cidadania*, o qual propõe como justiça a procura pelo tratamento justo e o envolvimento consciente de todas as pessoas nas produções e decisões que influenciarão suas vidas. Tal tema pode ser usado num contraponto, na relação da dialética de exclusão/inclusão, dentro do caráter intencional do existir humano que, ao projetar o espaço, trava uma clivagem de tensões.

Ainda dentro desse âmbito de delineamentos, pode ser destacado que a dialética justiça/injustiça possui um caráter ilusório, pois o justo e o injusto caminham nas condições de ordens desiguais, no interior da produção e reprodução das relações sociais na/da cidade.

É a condição de existência social configurada através da busca do tratamento justo e do envolvimento significativo de todas as pessoas, independente de sua raça, cor, origem ou renda no que diz respeito à elaboração, desenvolvimento, implementação e reforço de políticas, leis e regulações ambientais. Por tratamento justo entenda-se que nenhum grupo de pessoas, incluindo-se aí grupos étnicos, raciais ou de classe deva suportar uma parcela desproporcional das conseqüências ambientais negativas resultantes de operações industriais, comerciais e municipais, da execução de políticas e programas federais, estaduais, locais ou tribais, bem como as conseqüências resultantes da ausência ou omissão dessas políticas. (ACSELRAD, 2004, p. 9)

As cidades e suas organizações são ambientes onde os indivíduos se organizam conforme seu status, sendo esta uma técnica de exclusão (consentida, tolerada e desejada), pois tal organização é dada por leis universais dos direitos humanos, sob um regime democrático no qual cada indivíduo é visto como cidadão (aqui visto como mero consumidor); mesmo assim, cada segmento tem sua realidade dentro dessa sociedade. Os espaços registram todas as atitudes das quais cada ser participa; nesse caso, a de produção e a de reprodução do consumo. Cada segmento faz parte de um todo e esse todo confere as atitudes e não

atitudes que esses submetem e são submetidos por justificativas os quais cada período histórico é elencado. Portanto, precisamos especificar a consciência da realidade, das relações entre as representações coletivas e individuais, visto que os indivíduos e o individual figuram como elementos originários da sociedade constituída por consciências e como finalidade das relações sociais.

CARACTERIZAÇÕES DO PROBLEMA DA PESQUISA DA ESCALA MACRO A MICRO: EVIDENCIANDO A INJUSTIÇA SOCIAL NA CIDADE

No estudo da natureza da/cidade e de sua consciência, devemos ter presente a relação da globalização neoliberal com a cidade, enfatizando os aspectos da sua sustentabilidade, como os objetivos da cidade dos negócios e/ou a competitividade enquanto elemento necessário à produção e à re-produção da durabilidade do sistema. Sendo assim, ao chegarmos ao espaço ou à escala local – no estudo das cidades atuais –, não devemos descurar da articulação dialética entre as diferentes escalas, além de levar em consideração que as escalas macroeconômicas e microeconômicas também mascaram questões sociais e éticas. Ao se limitar uma cidade ao crescimento econômico global (conjunturas externas), emergem questões relativas à desigualdade interna de níveis de vida e de renda. Assim, a dependência, através dos conflitos de escalas de realidade, gera condicionamentos nas produções das próprias realidades. Uma cidade qualquer, diante do tipo de pressão que recebe do externo, das diferenças de recursos e de acesso ao recurso do espaço geográfico e da consciência sobre a sua pré-condição, poderá determinar o seu espaço. Assim, uma cidade poderá ser comparada a uma pessoa sem coordenação própria, dependente de outros por não possuir vontade própria (vontade de potência). Para entender melhor a condição de dependência, é necessário problematizar a produção e a re-produção ou a duração das coisas dentro dos movimentos da consciência de determinado lugar.

Assim como compreender os problemas do homem brasileiro e de seu contexto no âmbito nacional e mundial, muitas são as perguntas que não calam a todos que se indignam com situações de miserabilidade de uns e riquezas escandalosas de outros, dentre elas: Será que haverá, nesse cenário, homens privilegiados de um lado e homens fadados ao

fracasso e à opressão de outro? Desse modo, no decorrer do trabalho, fiz uma visita a um filósofo (demiurgo) brasileiro, Álvaro Vieira Pinto, que frequentou e idealizou o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), o qual tem sua busca centrada no entorno de uma clareza sobre as velhas estruturas numa influência, sobre novas roupagens, e que são representativas de nossa sociedade, o qual, por opinião própria, deveria contribuir mais para os estudos em questão, já que discorre sobre a sociedade brasileira. Assim, para este autor desenvolvimentista, a questão trata-se de uma luta entre os modos de pensar representativos de atitudes e de interesses antagônicos, no interior da mesma comunidade. Ainda nesse contexto, a mobilidade do real é incessante e, sempre houve e sempre haverá, modalidades de consciência opostas gerando, assim, maior ou menor impacto nas realidades através de suas realizações. Desse modo, é interessante e necessário um olhar para a origem, o significado e o valor da consciência nacional, tríade formadora de um dos maiores interesses do autor em pauta. Assim, o referido dará subsídios ao próprio objeto geral deste tratado, que é a cidade na consciência e a consciência da cidade por parte da sociedade, desde o coletivo até o individual.

Para o autor, a atual fase apresenta o nível de consciência no processo da realidade, servindo não só para uma interpretação, como instrumento de discussão dos problemas gerais da consciência da realidade, mas no caso especial da realidade histórica e política construída pela sociedade brasileira. O fato não condiz com a ideia de sociedade abstrata, mas sim com a de uma sociedade numa realidade concreta. Sua gênese dá-se em um espaço físico e político, pela existência do território contraditório e combinado, dos seus recursos materiais e naturais, junto às transformações que constituem o fundamento de suas estruturas sociais e pelas atitudes que assume perante as relações com outras entidades da mesma natureza. Por tais meios, é fator de especificidade da realidade rever a nossa gênese e função no interior de cada setor da realidade, seja qual for a sua instância, coletiva ou individual. É nesse discurso que necessitamos colocar os nossos problemas em pauta, não numa mera solução paliativa e superficial dos fatos, mas em uma inteira necessidade de uma compreensão dos nossos problemas particulares. Assim, ao longo do progresso de desenvolvimento da racionalidade humana desigual e combinada, assiste-se a um progressivo domínio das forças de produção, em que a cultura aparece como bem de produção e consumo. Portanto, as disparidades apontadas

acontecem sucessivamente entre as sociedades, geografias, economias, classes e instituições, com a cultura do capitalismo global desenvolvendo a cultura do consumo no interior da cultura global e local. Nesse entorno, faz-se necessária a percepção dos níveis territoriais e suas desigualdades para promover a justiça social e também para adotar um modelo cívico-territorial diferente do atual. É parcial uma avaliação da sociedade através de modelos econômicos perfeitos; por isso, o presente projeto busca considerar a complexidade do social, apontando as contradições e combinações de inúmeros desses fatores complexos.

Sendo assim, acredito ser preciso denunciar e problematizar a pretensa homogeneização no “cotidiano” da cidade, onde todos vivem e convivem como se fossem iguais, sendo isso um fator discriminatório e evidenciador das contradições da sociedade. Na cidade, conforme o geógrafo Milton Santos (1997, p.25), “em lugar do cidadão formou-se um consumidor, que aceita ser chamado de usuário” em diferentes escalas de espaço e de tempo, mas esclareço, discordando em alguns pontos, todos são consumidores, cada um atingindo o consumo merecido com o seu status. Assim, sucessivamente, nas hierarquias sociais ou segregações espaciais, todos fazem parte do espetáculo de suas próprias existências, e a existência faz parte do consumo. Por tal caminho, o objetivo do presente artigo é deflagrar e rever processos autoanalíticos da sociedade perante suas ações no interior dos coletivos sociais para uma proposta de autogestão das consciências na realidade.

A autoanálise consiste em que as comunidades mesmas, como protagonistas dos seus problemas, necessidades, interesses, desejos e demandas, possam enunciar compreender, adquirir ou readquirir um pensamento e um vocabulário próprio que lhes permita saber acerca de sua vida, ou seja: não se trata de que alguém venha de fora ou de cima para dizer-lhe quem são o que podem, o que sabem, o que devem pedir e o que podem ou não conseguir. Este processo de autoanálise das comunidades é simultâneo ao processo de autoorganização (BAREMBLITT, 2002, p. 17).

No citado processo deflagrador, o sociólogo José de Souza Martins (1997, p.13) é categórico em afirmar que é antieconomicista, o que, para ele, se deve aos processos sociais e às contradições que se determinam e se explicam pela ação poderosa de instâncias de poder (o Estado, as multinacionais, os órgãos reguladores da política e da

economia mundial etc.). Portanto, a sua orientação antieconômica se baseia numa perspectiva social e política (e não econômico-social). Ainda de acordo com o autor, não existe exclusão social, mas sim vítimas dos processos sociais, políticos e econômicos excludentes. É um processo que empurra as pessoas para as condições subalternas de reprodutores do sistema econômico, ou seja, seres consumidores com um consumo dirigido. Isso significa que a exclusão é apenas um momento da percepção daquilo que concretamente se traduz em privação: privação de emprego, privação de meios para participar do mercado de consumo, privação de bem-estar, privação de direitos, privação de liberdade, privação de esperança.

Ao se discutir a exclusão, corre-se o risco de deixar de considerar as formas pobres, insuficientes e, às vezes, até indecentes de inclusão. A falsa inserção social não só é produzida em relações precárias e marginais, como também produz uma reinclusão ideológica no imaginário da sociedade de consumo. (MARTINS, 2007).

O favelado, que mora no barraco apertado da favela imunda, com o simples apertar de um botão da televisão, pode mergulhar no colorido mundo de fantasia e luxo das grandes ficções inventadas pela comunicação de massa; exatamente como faz, pelo mesmo meio e, provavelmente, no mesmo horário e canal, o milionário que vive nos bairros ricos das grandes cidades. A nova desigualdade separa materialmente, mas unifica ideologicamente. No entanto, a nova desigualdade se caracteriza basicamente por criar uma sociedade dupla, como se fossem dois mundos que se excluem reciprocamente, embora parecidos na forma: em ambos podem ser encontradas as mesmas coisas, aparentemente as mesmas mercadorias, as mesmas idéias individualistas, a mesma competição. Mas, as oportunidades são completamente desiguais (MARTINS, p. 22).

Para José de Souza Martins (1997), estamos em face de uma nova mentalidade: a do moderno colonizado, mas que se sente suficientemente feliz por poder imitar os ricos e poderosos, pensando que nisso está a igualdade. Ele se torna, assim, um poderoso agente falsário da nova sociedade: a sociedade da imitação, do falso novo, da reprodutibilidade e da vulgarização, em vez da invenção, da criação e da revolução. Tal ideia poderá ser reforçada por uma visão poética, por uma transmutação dos seres através dos movimentos, de acordo com a visão do poeta Mario Quintana, que dissertou sobre o ser no cotidiano, nas suas colocações, e

assim caracterizou: “ricos e pobres, ambos como espetáculo predileto uns dos outros”. (QUINTANA, p. 117).

A análise da conjuntura econômica capitalista é útil, portanto, para mapearmos o tipo de exclusão gerada nos ciclos de condução da economia capitalista (espaço-tempo). Nesse âmbito, as forças externas das elites dirigentes, combinadas com opções de induzimento econômico, explicam as nuances dos ciclos econômicos e a demarcação da espacialidade geográfica nos mesmos. Mas, para tanto, precisam ser quebradas as nuances, as artimanhas dos processos no ser; desse modo, o invisível condiciona o ser social na consciência que lhe cabe como ser social.

A inserção do indivíduo na sociedade é proporcional a sua estigmatização e ao lugar que ocupa. As estigmatizações são, de um lado, pejorativas: preguiçosos, malandros, marginais, pobres, excluídos e gente perigosa; de outro, os senhores detentores do ter e do ser: doutor, patrão, chefe. As disparidades são facilmente visíveis no espaço urbano: condições de vida, habitação, acesso à educação, ao lazer; todos, em uma escala mínima ou máxima, dependendo do lugar que se ocupa, são fatores que criam uma cultura endógena das periferias ou dos centros, cultura da mendicância e da miserabilidade, a do não acesso ou do acesso, da corrupção ou do jeitinho. Surge, então, nesse contexto, o ser da periferia, da favela, da vila, do mocambo, do subúrbio, dos palacetes, sendo que os lugares onde habitam são “alvos” de agentes manipuladores da sociedade civil, das igrejas e do estado, instâncias que integram a sociedade (ROCHA, 2006). Para essas pessoas, a política social foi e segue sendo desenvolvida de uma forma assistencialista, paternalista, protecionista e não com o caráter de emancipação.

A CIDADE NO CAPITALISMO E AS ARTIMANHAS DA DIALÉTICA EXCLUSÃO/INCLUSÃO

Todos os espaços geográficos (velho mundo, novo mundo, novíssimo mundo, sistema-mundo) são formas e sentidos criados por nós. Os sistemas são complexos e identificam os lugares conforme normas, qualificações e quantificações. Cada período é caracterizado pela existência de um conjunto coerente de elementos de ordem econômica, social, política e moral, o qual constitui um verdadeiro sistema-mundo (QUIJANO, 2000). Não importa a escala dos lugares: elas são a sede dos movimentos que culminam com o que é chamado de “globalização da natureza” (GONÇALVES, 2005) e isso

inclui os homens no seu “moderno colonial”. Foram criadas estruturas e ações que condicionaram e serviram de base para o surgimento de um mercado mundial de produção e consumo (novo escravo). A população da América foi classificada, juntamente com o mundo, dentro de mecanismos de domínios e conquistas. Foi a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e produtos, que viabilizou e proporcionou a funcionalidade do capital e do mercado mundial (QUIJANO, 2000, p.5). Assim, fatores que proporcionaram a exploração e a dominação desde esses tempos, tais como a escrita, a tecnologia e a diferença racial, fizeram e fazem a diferença na divisão e estruturação do que é o sistema-mundo, no caso presente, a América Latina. Em relação ao Brasil, foi observado que o país sempre acompanhou estilos de vida dos países que lideraram o progresso tecnológico, sendo envolvido por um emaranhado de racionalidades que fizeram dele um mero complemento de outras economias. Desse modo, a economia brasileira, desde sua gênese, é ordenada como complemento de outras economias, outros ciclos, os quais perduram até os dias atuais [(BANDEIRA, 2010, 2011); (PINTO, 1960)].

Portanto, a inviabilidade de isolar os estudos de fenômenos econômicos de seu quadro histórico é comprovada na forma que sistemas econômicos heterogêneos, sociais e tecnológicos entram em confrontos e em estado de dependência e legitimação uns com os outros. O Brasil sempre acompanhou estilos de vida dos países que lideraram e lideram o progresso tecnológico, o país foi envolvido por um emaranhado de racionalidades e artifícios (a escravidão e a posterior abolição) que fizeram do país um mero complemento de outras economias. Assim, o rompimento com as velhas estruturas e a reposição de novas e sob a jurisdição de formas intrínsecas, agora dentro de uma complexidade de fatores, nos leva à percepção de que o Brasil ainda é um complemento da economia mundial. Desse modo, podemos justificar ações internas e externas combinadas ou não como promotoras das desigualdades e legitimações delas (BANDEIRA, 2010, p. 83).

Dentro das cidades, o processo de segregação urbana ou ambiental é uma das faces mais importantes da desigualdade social e parte promotora dela, no fomento da lógica da desordem/ordem. Segundo Marcelo Lopes de Souza (2003), o que faz uma cidade é o “singular e o particular”, os quais devem ser entendidos, havendo, portanto, uma necessidade de investigar o interno.

Ao analisar a cidade do Rio Grande, com sua urbanização e industrialização, nota-se que a produção e reprodução ocorreram desde sua gênese, obedecendo à característica de ser uma cidade litorânea e com capacidade portuária. É percebido que esses fatos justificam qualquer planejamento ou investimento que seja feito na sua área, (veja-se hoje o momento atual em que vive a cidade, almejando novas funções dentro do cenário nacional, regional e mundial). Além disso, entende-se por que Rio Grande foi palco de grandes manifestações de ordens sociais e econômicas: a cidade faz parte de uma dinâmica que vai do global ao local, com entrada e saída de tudo (mercadorias), como a cidade do capital. Para Marcelo Domingues (1995), Rio Grande não pode ser vista em escala reduzida, pois a sua identidade portuária obedece a uma dinâmica do micro ao macro na sua funcionalidade, passando a suas gerências para um âmbito maior de administração tornando-se maior em escala externa do que interna.

Assim, o espaço local passou/passa/passará, a ser o produto da sobreposição de vários níveis/escalas de interesses político-econômicos. A organização do espaço local seguiu/segue/seguirá as orientações de forças extra-locais sendo as decisões/ ações tomadas em gabinetes fechados na esfera federal, estadual, privada (regional, nacional e internacional) e, futuramente, talvez regional supra-nacional (MERCOSUL). O Superporto do Rio Grande torna-se um nó fundamental na rede dos fluxos de comércio do Rio Grande do Sul (DOMINGUES, p. 27).

Assim ficou evidente a indissociabilidade entre espaço e sociedade nas suas relações. Nesse sentido, a cidade do Rio Grande ilustra o propósito do trabalho, que é a dialética da exclusão/inclusão, no interior de um processo contínuo progressivo e regressivo, justificando a revisão bibliográfica condutora do debate sobre a cidade no singular. É diante disso que Carlos Walter Porto (2006) ressalta que vivemos hoje um caráter moderno-colonial do sistema-mundo, visto que não superamos características do passado colonial; apenas demos novas roupagens a elas.

Dessa forma, notamos que Rio Grande, ou até mesmo num diagnóstico generalizante, que qualquer que seja a cidade, insere-se no chamado “pensamento único urbano”, o qual exige que se ajustem aos propósitos tidos pela globalização financeira. Atualmente, Carlos Vainer (2009), com seus discursos sobre as “cidades competitivas”, prega uma verdadeira unidade de pensamento para as cidades como o ambiente

simplesmente para os negócios. Viu-se que a origem, a transformação e o desenvolvimento atual do processo de exclusão/inclusão são oriundos de todas as manifestações do macro e do micro, pois são reflexo da dialética do social ao individual. A exclusão/inclusão tem um caráter ilusório: a inclusão (inserção social perversa) faz com que a sociedade exclua para incluir e essa transmutação é condição da ordem social desigual, o que manifesta o caráter ilusório da inclusão. Nesse viés, Bader Sawaia (2006) afirma que, no lugar da exclusão, o que se tem é a “dialética exclusão/inclusão”.

A dialética inclusão/exclusão gesta subjetividades específicas que vão desde o sentir-se incluído até o sentir-se discriminado ou revoltado. Essas subjetividades não podem ser explicadas unicamente pela determinação econômica, elas determinam e são determinadas por formas diferenciadas de legitimação social e individual, e manifestam-se no cotidiano como identidade, sociabilidade, afetividade, consciência e inconsciência. (SAWAIA, 2006, p. 9).

A sociedade é uma multicomplexidade de fatores e é percebido que, no modo de produção capitalista, cada indivíduo participa como “não sujeito,” mesmo este recebendo o título de sujeito, restando a ele somente o consolo de ser usuário, consumidor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, a pretensão aqui não é querer criar a roda novamente, mas sim reconstruir a própria história dos fatos contraditórios. A sociedade planeja, almeja e obtém seus desejos com a manifestação dos seres humanos através da tendência para gozos materiais. Assim, a própria história do homem é banalizada na sua inferioridade, diante do fato de ser mero consumidor, desconhecendo a sua própria potência atual, ou seja, oprimido/opressor, ambos no mesmo ser, no cotidiano das cidades.

A injustiça social proporciona a clivagem cada vez maior entre ricos e pobres, acesso e não acesso, ser e não ser, fruto dos tratamentos desiguais e do envolvimento inconsciente de todos na produção e decisão que influenciam em suas vidas. Desse modo, as cidades são planejadas, tornando-se hoje a gestão da condição de uma pequena parcela da sociedade, estas representadas por corporações, multinacionais e planos

gestores de instituições globais, que ignoram as disparidades e colocam seus planejamento para uma sociedade globalizada, que tem como objetivo central o mundo dos negócios.

Nesse contexto, Rio Grande- RS- Brasil entra nesse processo contínuo do espaço-tempo, no chamado “pensamento único urbano, que exige das cidades que se ajustem aos propósitos tidos como inelutáveis da globalização financeira” (ACSELRAD, 2004, p.27). Por isso é pertinente o debate acerca da justiça social, da necessidade de uma nova mentalidade, na qual a sociedade, em sua qualidade de “pertencimento” (TUAN, 1980,1983), construa uma identidade crítica para os interesses da totalidade.

A relação do ser com seu entorno e consigo próprio cria e recria tensões. O ser humano, como produto/produtor de várias tensões, questões ambientais e sociais, constitui questões territoriais, geradas pelas culturas, que são bens de consumo e de produção; deste modo, a consciência crítica e ingênua transforma-se em mediadores e conexões destas ditas tensões. Assim, a ciência precisa ser a todo o instante criada e recriada, e a Geografia, uma ciência complexa, não foge desse desafio.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. *A duração das cidades – sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

_____. Vigiante e unir: a agenda da sustentabilidade urbana? In: Prefácio à 2ª edição de *A duração das cidades – Sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ARANTES, Otilia F.; VAINER, Carlos B.; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BANDEIRA, Alexandre Eslabão. *Reflexões teóricas sobre os processos sociais da contradição exclusão/inclusão*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós- Graduação em Geografia- PPGeo. Universidade Federal do Rio Grande, 2010.

_____. *O Conceito de tecnologia sob o olhar do filósofo Álvaro Vieira Pinto*. Geografia Ensino & Pesquisa, América do Sul, 15 20 03 2011.

BAREMBLITT, Gregório. *Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática*. 5. ed. Belo Horizonte: Instituto Felix Guattari, 2002.

DOMINGUES, Marcelo Vinicius de La Rocha. *Superporto do Rio Grande: plano e realidade*. Elementos para uma discussão. Dissertação de Mestrado. UFRJ, 1995.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

HESS, Remi. *Produzir sua obra: o momento da tese*. Trad. Sérgio da Costa Borba. Brasília: Liber Livro, 2005.

MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

_____. (org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

NIETZSCHE, Friedrich. *Obras incompletas*. Seleção de textos de Gerard Lebrun. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

NOVACK, George. *A lei do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade*. Tradução de Valdemir Lisboa dos Santos. Cidade: Rabisco Criação e Propaganda, 1988.

PINTO, Álvaro Vieira. *O conceito de tecnologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

_____. *Ciência e existência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. *Consciência e realidade nacional: a consciência ingênua*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1960.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. *Perspectivas latinoamericanas*.

CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Julio 2000. ISBN:950-9231-51-7. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/quijano.rtf>>. Acesso em: dez. 2008.

QUINTANA, Mario. *Caderno H*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2006.

ROCHA, Alexandre Souza da. *Objetos, Atos e situações no morar na periferia da metrópole. Momentos e implicação*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel Terra, 2007.

_____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. 3. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

SAWAIA, Bader (org.) et al. *As artimanhas da exclusão*. Análise psicossocial e ética da desigualdade social. 6. ed; Petrópolis: Vozes, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

TUAN, Y. F. *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

_____. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.